

**AVISO Nº 2 /2020**

**ESTÁGIOS PEPAL – 6ª EDIÇÃO 2.ª FASE**

Torna-se público, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 166/2014, de 6 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2019 de 10 de abril, conjugado com o estabelecido no artigo 3.º da Portaria n.º 114/2019, de 15 de abril, que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso, na página eletrónica do Município ([www.cm-vianadoalentejo.pt](http://www.cm-vianadoalentejo.pt)), o procedimento de recrutamento e seleção de estagiários, do Município de Viana do Alentejo, no âmbito da 6.ª edição – 2.ª fase do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), nos seguintes termos:

**1. Legislação aplicável**

Decreto-Lei n.º 166/2014, de 6 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 46/2019, de 10 de abril - estabelece o regime jurídico do PEPAL.

Portaria n.º 114/2019, de 15 de abril – regulamenta o PEPAL.

Portaria n.º 256/2014, de 10 de dezembro - fixa o montante mensal da bolsa de estágio no âmbito do PEPAL.

Portaria n.º 142/2019, de 14 de maio – fixa o número máximo de estágios na 6.ª edição – 2.ª fase do PEPAL.

Despacho nº 8035/2019, de 11 de setembro - distribui pelas entidades promotoras o contingente de estágios da 6.ª edição – 2.ª fase do PEPAL.

**2. Ofertas de Estágios**

Atendendo a que dos estágios atribuídos no mapa anexo ao Despacho nº 8035/2019, de 11 de setembro, dois procedimentos concursais ficaram desertos:

**Ref.ª A** – Nível de qualificação 6 – 1 estágio para licenciados na área de Direito

**Ref.ª B** – Nível de qualificação 6 – 1 estágio para licenciados na área de Gestão

**Ref.ª C** - Nível de qualificação 6 - 1 estágio para licenciados na área de Contabilidade ou Gestão

### 3. Planos dos estágios

#### Ref.ª A:

- Realizar estudos e outros trabalhos de natureza jurídica conducentes à definição e concretização das políticas do Município;
- Apoiar os serviços municipais no âmbito das suas atribuições e competências;
- Elaborar pareceres e informações jurídicas sobre a interpretação e aplicação da legislação, bem como normas, regulamentos internos e propostas de deliberação dos órgãos municipais, recolher, tratar e difundir legislação, jurisprudência, doutrina e outra informação necessária ao serviço onde está integrado;
- Analisar e dar pareceres jurídicos em todos os processos que lhe sejam submetidos;
- Colaboração no desenvolvimento de medidas e soluções de carácter prático e operacional em áreas de conflito de espaços/aglomerados urbanos e áreas agrícolas e florestais, tendo em conta a georreferenciação de prédios rústicos e mistos (urbanos e rústicos);
- Articulação das suas atividades com outros profissionais, designadamente nas áreas de planeamento do território, arquitetura paisagista, reabilitação social e urbana e engenharia;
- Executar outras atribuições que lhe forem incumbidas no âmbito das suas competências.

#### Ref.ª B:

- Gestão de frota, incluindo manutenção preventiva e corretiva da frota de viaturas e máquinas;
- Planear ações de melhoria, Identificação e implementação de novas ferramentas/plataformas de otimização no processo de requisição de viaturas;
- Inventariado de edifícios e equipamentos municipais, incluindo o planeamento e programação de manutenções;
- Apoio à gestão e controlo de stocks do Estaleiro municipal;
- Planeamento e gestão de equipamentos para apoio a feiras e mercados;
- Apoio na gestão de Recursos Humanos afetos ao Estaleiro Municipal.

**Ref.ª C:**

- Apoiar na transição do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) para o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- Apoiar na elaboração do Orçamento e Grandes Opções do Plano;
- Apoiar na elaboração dos Documentos de Prestação de Contas;
- Apoiar no reporte da informação a enviar para entidades externas;
- Apoio geral no setor da Contabilidade.

**4. Destinatários**

Para além das habilitações académicas descritas no ponto 2 deste aviso, os candidatos devem preencher os seguintes requisitos:

Ter até 30 anos de idade, inclusive, ou até 35 anos se forem portadores de deficiência com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, ambas as idades aferidas à data de início do estágio;

Estarem inscritos nos serviços de emprego do Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP, I.P.), na qualidade de desempregados.

**5. Candidatos portadores de deficiência com um grau de incapacidade superior a 60%**

Não estão atribuídos a esta entidade lugares de estágio reservados a deficientes, no mapa anexo ao Despacho nº 8035/2019, de 11 de setembro.

Nos termos do n.º 5 do artigo 9.º da Portaria n.º 114/2019, de 15 de abril, os candidatos portadores de deficiência com um grau de incapacidade igual ou superior a 60% têm preferência em caso de igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

**6. Local de realização dos estágios**

Município de Viana do Alentejo.

**7. Duração dos estágios**

12 meses não prorrogáveis.



## 8. Remuneração e outros apoios

- Bolsa de formação mensal de montante correspondente a:

Estagiário nível 6 – 719,00€;

- Subsídio de refeição de valor correspondente ao praticado para a generalidade dos trabalhadores que exercem funções públicas (4,77€/ dia útil);

- Seguro que cubra os riscos de eventualidades que possam ocorrer durante e por causa das atividades do estágio.

## 9. Seleção de estagiários

### 9.1. Avaliação Curricular (AC)

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 7.º da Portaria n.º 114/2019, de 15 de abril, na avaliação curricular serão considerados os seguintes fatores:

- a) Habilitação académica - HA;
- b) Classificação final obtida - CO;
- c) Formação profissional - FP;
- d) Experiência profissional - EP.

A Avaliação Curricular será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas nos fatores supra referidos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = (HA + CO + FP + EP) / 4$$

Em que:

Habilitação académica – HA:

Habilitações Académicas de grau exigido à data da candidatura (licenciatura) – 15 valores;

Mestrado em estreita relação com a área de estágio a que se candidata – 18 valores;

Doutoramento em estreita relação com a área de estágio a que se candidata – 20 valores;

**Classificação final obtida – CO:**

Será considerada a classificação final obtida na licenciatura que habilita o candidato para o estágio, numa escala de 0 a 20 valores.

**Formação profissional – FP:**

Apenas será considerada a formação profissional que esteja relacionada com a área de estágio. Este parâmetro será avaliado até ao máximo de 20 valores, da seguinte forma:

Sem ações de formação frequentadas – 10 valores;

Com ações de formação na área das funções inerentes ao estágio até 70h – 15 valores;

Com ações de formação na área das funções inerentes ao estágio superiores a 70h – 20 valores.

Apenas são consideradas ações comprovadas por certificados ou diplomas. Sempre que no respetivo certificado não conste o número de horas de duração da ação, considerar-se-á que cada dia de formação é equivalente a seis horas e cada semana a 5 dias.

**Experiência profissional – EP:**

Pretende-se determinar a qualificação dos candidatos para os estágios em causa, ou seja, o grau de adequação entre as funções /atividades já exercidas pelo candidato e a área do estágio. Apenas será contabilizado como tempo de experiência profissional o correspondente ao desenvolvimento em funções inerentes à área de estágio, que se encontre devidamente comprovado:

Experiência inferior a 1 ano – 10 valores;

Experiência igual a 1 ano e inferior a 2 anos – 15 valores;

Experiência superior a 2 anos – 20 valores.

**9.2. Entrevista Individual (EI)** – A Entrevista Individual terá a duração de 15 minutos visando avaliar de forma objetiva e sistemática a experiência de cada candidato, refletida no respetivo *currículo vitae* e os aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e o relacionamento interpessoal. Neste método de seleção serão avaliados os seguintes parâmetros:

- a) Reflexão Curricular - RC;
- b) Capacidade de Comunicação - CC;
- c) Capacidade de Relacionamento Interpessoal - CRI;
- d) Motivação e Interesse - MI.

Será valorada numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo o resultado final obtido através da média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$EI = (RC + CC + CRI + MI) / 4$$

Em que:

**Reflexão Curricular – RC:**

Avalia em que medida a experiência profissional do candidato, pode ser relevante no desenvolvimento das funções a exercer:

Sem exercício de funções relevantes – 10 valores;

Exercício de funções relevantes por um período até 1 ano – 14 valores;

Exercício de funções relevantes por um período superior ou igual a 1 ano e inferior a 2 anos – 18 valores;

Exercício de funções relevantes por um período igual ou superior a 2 anos – 20 valores.

**Capacidade de Comunicação – CC**

Avalia a clareza, fluência e flexibilidade de linguagem, bem como a assertividade na exposição de ideias e a capacidade de captar a atenção do outro:

Não revela capacidade de comunicação – 8 valores;

Revela pouca capacidade de comunicação – 10 valores;

Revela capacidade de comunicação com fluência de linguagem – 14 valores;

Revela capacidade de comunicação com fluência e flexibilidade de linguagem – 18 valores;

Revela capacidade de comunicação, fluência de linguagem e é assertivo na exposição de ideias – 20 valores.

#### **Capacidade de Relacionamento Interpessoal – CRI**

Avalia a autoconfiança nos relacionamentos, a capacidade de integração em vários contextos socioprofissionais, bem como a capacidade para aceitar e avaliar opiniões divergentes.

Não revela autoconfiança na relação com os outros – 8 valores;

Revela autoconfiança na relação com os outros – 10 valores;

Revela autoconfiança nos relacionamentos e capacidade de integração – 14 valores;

Revela autoconfiança, capacidade de integração e de aceitar opiniões divergentes – 18 valores;

Revela autoconfiança, capacidade de integração, de aceitar e avaliar opiniões divergentes – 20 valores.

#### **Motivação e Interesse – MI**

Avalia a motivação, o interesse e a apetência do candidato para desenvolver o estágio proposto:

Demonstra possuir reduzida motivação e pouco interesse na função – 8 valores;

Demonstra possuir satisfatória motivação e algum interesse na função – 10 valores;

Demonstra possuir boa motivação e interesse na função – 14 valores;

Demonstra possuir elevada motivação e interesse na função – 18 valores;

Demonstra possuir elevada motivação e elevado interesse na função – 20 valores.

#### **9.3. Classificação Final**

A classificação final será expressa de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = AC (40\%) + EI (60\%)$$



É excluído do procedimento de avaliação o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores em qualquer um dos métodos de seleção.

#### **9.4. Preferência aos candidatos residentes na área do município**

Nos termos do n.º 6 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/2014, de 6 de novembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2019, de 10 de abril, os candidatos residentes no Município de Viana do Alentejo têm preferência em igualdade de classificação.

#### **10. Prazo de formalização da candidatura**

As candidaturas deverão ser apresentadas no prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso na página eletrónica do Município de Viana do Alentejo.

#### **11. Formalização de candidatura**

As candidaturas são formalizadas através do preenchimento do formulário do nível de qualificação 6, disponível no Portal Autárquico ([www.portalautarquico.dgal.gov.pt](http://www.portalautarquico.dgal.gov.pt)) e na página eletrónica do Município ([www.cm-vianadoalentejo.pt](http://www.cm-vianadoalentejo.pt)).

11.1 A apresentação da candidatura deverá ser acompanhada, sob pena de exclusão, dos seguintes elementos:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;
- b) Declaração da Segurança Social da qual conste o registo de remunerações do candidato, ou da sua não existência;
- c) Cópia do certificado de habilitações – Licenciatura, onde conste a respetiva classificação;
- d) Cópia do certificado de Mestrado ou Doutoramento, se aplicável;
- e) Cópia dos certificados de formação profissional onde conste o respetivo número de horas ou, no caso de ações de muito curta duração como Seminários e afins, a data de realização, se aplicável;
- f) Cópia dos comprovativos da experiência profissional, se aplicável;
- g) Cópia de comprovativo da incapacidade igual ou superior a 60%, quando aplicável;



A não apresentação ou a não comprovação dos requisitos constitui motivo de exclusão da edição do PEPAL.

**11.2.** As candidaturas devem ser dirigidas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, podendo ser entregues pessoalmente entre as 9h e as 17h no Balcão Municipal, sito na Rua Brito Camacho, n.º 13, 7090-237 Viana do Alentejo, ou remetidas por correio registado, com aviso de receção, para o endereço referido, até ao termo do prazo fixado para a entrega das candidaturas.

Só é admissível a apresentação de candidaturas em suporte papel, não sendo aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

**11.3.** Nos termos do n.º 4 do artigo 4.º da Portaria n.º 114/2019, de 15 de abril a prestação de informações falsas determina a exclusão de qualquer edição do PEPAL, bem como de qualquer programa de estágios profissionais financiados pelo Estado. Mais se acrescenta, que de acordo com o n.º 7 do artigo 6.º da referida Portaria, a não comprovação dos requisitos bem como a informação complementar solicitada nos termos do ponto 11.1 do presente aviso, constitui motivo de exclusão da edição do PEPAL.

## **12. Prazo de validade do procedimento**

O procedimento para o preenchimento dos lugares de estágio cessa, para este efeito, 30 dias após o início dos respetivos estágios.

## **13. Constituição do júri**

### **Ref.ª A: Licenciatura na área de Direito**

Presidente: Rodolfo Francisco de Assis Machado, Chefe da Divisão de Administração Urbanística e Processual do Município de Viana do Alentejo;

Vogais efetivos: Maria d'Aires Vera Figueira Vilela, Chefe da Divisão de Gestão de Recursos do Município de Viana do Alentejo e Paula de Lurdes Martins Coelho Piteira, Técnica Superior (Economia) do Município de Viana do Alentejo;

Vogais suplentes: Maria João Pereira e Pereira, Técnica Superior (Arquitetura) do Município de Viana do Alentejo e Luísa Maria Braga Mouro Lagarto Técnica Superior (Recursos Humanos) do Município de Viana do Alentejo.

**Ref.ª B: Licenciatura na área de Gestão**

Presidente: Maria d' Aires Vera Figueira Vilela, Chefe da Divisão de Gestão de Recursos do Município de Viana do Alentejo;

Vogais efetivos: Joaquim Miguel Delgado Godinho, Técnico Superior (Engenharia Civil) do Município de Viana do Alentejo e Luísa Maria Braga Mouro Lagarto, Técnica Superior (Recursos Humanos).

Vogais suplentes: Paula de Lurdes Martins Coelho Piteira, Técnica Superior (Economia) do Município de Viana do Alentejo e João Pedro Branco Murteira, Técnico Superior (Gestão) do Município de Viana do Alentejo.

**Ref.ª C: Licenciatura na área de Contabilidade ou Gestão**

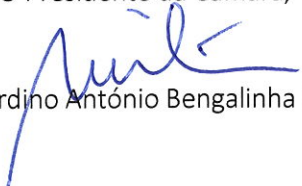
Presidente: Maria d' Aires Vera Figueira Vilela, Chefe da Divisão de Gestão de Recursos do Município de Viana do Alentejo;

Vogais efetivos: António Joaquim Latas Pimentas, Técnico Superior (Organização e Gestão de Empresas) do Município de Viana do Alentejo e Luísa Maria Braga Mouro Lagarto, Técnica Superior (Recursos Humanos) do Município de Viana do Alentejo.

Vogais suplentes: João Pedro Branco Murteira, Técnico Superior (Gestão) do Município de Viana do Alentejo e Paula de Lurdes Martins Coelho Piteira, Técnica Superior (Economia) do Município de Viana do Alentejo.

Paços do Município de Viana do Alentejo, 24 de abril de 2020

O Presidente da Câmara,

  
(Bernardino António Bengalinha Pinto)